

RECOVERING THE MEMORY OF THE PUBLIC SPACE: LEIRIA'S WATERFRONT

Ana Bonifácio. Public Space and Urban Regeneration, Ph. D. Programme, University of Barcelona.

SUMMARY

Leiria can be recognized as a flagship case within the scope medium-sized Portuguese cities, so much so by way of its unruly growth in the last decades of the 20th century, as by the self-conscious process of loss of quality in urban life.

On the brink of the millennium, the “opportunity to make city” turned it (among others), into the target of a national plan for urban and environmental reinstatement of Portuguese waterfronts.

This presentation intends, above all, to focus on the middle process of acknowledging the loss of the public space and the importance of rebuilding the memories of physical spaces around which the city has grown and prospered.

In these “remaining” places, spawned from the logic of “spontaneity” between the urban core and the natural element - river - there resides the excellence of memory, that has progressively faded with time.

INTRODUÇÃO

PERDA DE PRIVACIDADE NO ESPAÇO PÚBLICO. DECLÍNIO TERRITORIAL.

A perda de importância do lugar público enquanto espaço físico, espaço exterior do domínio exclusivamente público, e espaço colectivo na sua dimensão social como lugar da partilha e da democratização ainda é tema que, estando na ordem do dia e implícito nas temáticas subjacentes ao ambiente, à mobilidade, à cidade e à cidadania, não se reveste ainda da preocupação merecida enquanto território de sustentação de todas essas palavras-chave.

É certo que as últimas duas décadas do século XX, trouxeram exemplos de muitas perdas e outras tantas felizes reconquistas do lugar público. Mas as perdas não parecem ser as suficientes para fazerem prova perante as cidades que, politicamente, insistem em ver declinar o seu mais precioso território comunitário.

Tecer qualquer consideração sobre o constante declínio da importância do lugar público, é mais simples fazendo-o a partir de referências, ilustrações territoriais, cidades-processo, cidades-cenário, como é o caso da cidade de Leiria que, mantendo-se na frente-de-água mais Oeste da Europa, se apresenta quase equidistante das metrópoles de Lisboa e do Porto, citando apenas essas duas proeminentes referências de waterfronts portuguesas.

Ainda que o metabolismo urbano do seu espaço físico seja único e de características exclusivas do ponto de vista do desenvolvimento do território, importa enquadrar o fenómeno que lhe está subjacente, num panorama urbano cada vez mais comum, não apenas em Portugal mas para além dele: a desterritorialização do lugar público e a perda de privacidade que lhe está associada.

As cidades de hoje são o prenúncio da perda de privacidade. Esse conceito, ‘privacidade’, que poderá estar mais imediatamente afecto ao espaço que determinado indivíduo considera como território exclusivamente seu, pode ser analisado do ponto de vista do território ‘público’, se se recordar o conceito de Altman como “... o controlo selectivo do acesso a si mesmo ou ao grupo a que pertence” (1975)¹⁰¹, independentemente do espaço que sustém essa regulação.

¹⁰¹ In Sergi Valera e Tomeu Vidal, “Privacidad y Territorialidad”, p.124, in J.I.Aragonés y M. Américo (Comps), *Psicologia Ambiental*, Ed. Pirámide, Madrid, 1998.



Fig.1 - Localização do concelho de Leiria no território de Portugal Continental.

Ao espaço público e à sua desterritorialização, é impossível não contrapor o conceito de privacidade e consequentemente, a 'privatização do espaço público', os 'não-lugares', a crescente tendência da morte territorial, lenta e decadente, a desfronteirização física entre espaço público e privado graças ao domínio do espaço virtual, das cibercidades e, por analogia, da velocidade e da dinâmica tecnológica. Espaço público e privado, caminham lado-a-lado, cada vez mais desiguais.

Sob a responsabilidade da passagem para o terceiro milénio, o futuro (que parece ter chegado mais cedo), das visões do "fantástico" ilustrado nos clássicos do cinema que projectaram utopias e a seguir distopias com o prenúncio das cidades verticais, é já 'hoje'. Apenas o invólucro é diferente do fantástico não sendo, de facto, fantástico.

O projecto utópico de Thomas More de uma sociedade livre com indivíduos livres, concentrados em lugares paradisíacos mas isolados, não passa de um ideal inatingível, mas não deixa de ser uma referência fundamental para a compreensão dos limites.

A realidade actual está, sem dúvida, próxima das realidades virtuais dos Blade Runners dos 80's ou dos Matrix's dos 90's, e das EdgeCity como Los Angeles de Mike Davis, distópica, multinuclear, marginal, controlada e agorafóbica ao lugar público distante da excelência que foi outrora.

No entanto, neste exercício do pensamento, o que se propõe é colocar o tema da privacidade', sobre uma cidade como pano-de-fundo, que deverá ser entendida como a escala de todas as convergências sociais e humanas e a formalização do lugar-mãe do espaço público. Como cenário, ter-se-à então, dependendo da cidade, a leve ou pesada dicotomia entre o construído e o vazio.

As imagens desses não-lugares que já existem, são o espelho da intervenção humana que, mais uma vez, retira a si própria qualidades como a privacidade e que não é mais que o deixar de ser livre no espaço que é de todos.

LEIRIA. RECONQUISTAR O 'HOMEM PÚBLICO'.

Não fossem as oportunidades de "construir cidade" que chegaram a Leiria por via de programas de financiamento público que ventilam algumas das experiências urbanas da Europa para o território nacional, e Leiria poderia ser, em todo o seu esplendor físico, o rosto antecipado da tendência dos núcleos urbanos: a perda do lugar público, a cidade sem centro, polinucleada, sem apontamentos de direcção física nem orientação estratégica, do imperio privado sem tutoria pública, da arritmia de

crescimento e do efeito “donut” dos centros históricos. De uma forma simplificada, da cidade cujo desenvolvimento não produziu uma paisagem global.

Interiorizado que está o conceito de CIDADE, transversal a todas os domínios técnicos e artísticos, importa colocar como referências desdobradas do tema, o conceito de “cidade global” que Manuel Castells refere enquanto PROCESSO e o de “cidade multiplicada”¹⁰² cujas novas formas e funções configuram uma nova estrutura na qual a matriz territorial é definida a partir da multiplicação dos factores: centralidade, mobilidade e apropriação habitacional.

O caso paradigmático da cidade de Leiria no panorama das cidades médias portuguesas, tanto por via das suas características morfológicas e do seu desenvolvimento urbano desde o início do segundo milénio, que pela sua massificação construída desde a década de 80, como pelo processo de autoreconhecimento da perda de qualidade de vida urbana já na viragem para o século XXI, transformou-a num dos alvos preferenciais da oportunidade de “fazer cidade” através de uma estratégia nacional de requalificação urbana e ambiental das waterfronts portuguesas - Programa Polis, Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades.

IMAGEM DA CIDADE. DINÂMICA TERRITORIAL

Numa descrição rápida da evolução urbana da cidade de Leiria, não se poderá omitir o facto de ela remontar, ao início do segundo milénio, e que na base da sua estrutura medieval está a função defensiva a partir de um castelo que, como grande parte das cidades europeias medievais, permitiu que a partir dos seus pequenos núcleos habitacionais, se fizessem cidades por via de interesses económicos fora dos limites de pedra.



Fig.2 - Vista geral de Leiria em 1864
Fonte: Câmara Municipal de Leiria



Fig.3 - Vista do castelo a partir da
Praça Rodrigues Lobo

¹⁰² MUNOZ, Francesc Manuel. UrBANALización: Territorio y Paisaje en la “Ciudad Multiplicada”. 2000. in AA.VV. A Cidade. Câmara Municipal de Cascais, 2001.



Fig.4 - Vista geral de Leiria a partir do castelo (montagem fotográfica)

Num vale pouco encaixado, e que pouco dista desse morro, corre um rio - o Lis que desde muito cedo manteve estreita relação com a urbe. Os seus tradicionais campos férteis assumiram grande importância para o desenvolvimento urbano, ainda que, simultaneamente, o seu curso natural tenha impedido muitas vezes a expansão da urbe, pelos efeitos catastróficos que as cheias provocavam.



Fig.5 - Vista geral da cidade e do percurso do rio Lis dentro do núcleo urbano

Fonte: Câmara Municipal de Leiria, 1999

Já fora do pequeno núcleo intra-muros, a área urbana foi-se adensando entre o sopé do morro a Sul e o meandro do Lis e até aos finais do século XVIII, a construção foise propagando em torno da Praça de S. Martinho junto a uma das igrejas (Igreja de S. Martinho), demolida em 1549, altura em que se “redesenha” e se aproxima da que é hoje, a actual Praça Rodrigues Lobo.

Em 1701, com o intuito de atenuar o efeito devastador das cheias, procederam-se a obras de regularização do rio, abandonando o seu percurso natural para ser afastado cerca de 100 metros para Sul, deixando livre uma grande área de terreno do qual resultou o designado Rossio (que significa “terra sem dono”). Esse novo traçado do Lis, mantém-se até hoje e constitui, sem dúvida, uma das imagens de marca da cidade: o percurso de uma linha de água perfeitamente delimitada, murada, domesticada dentro do centro mais centro da cidade.

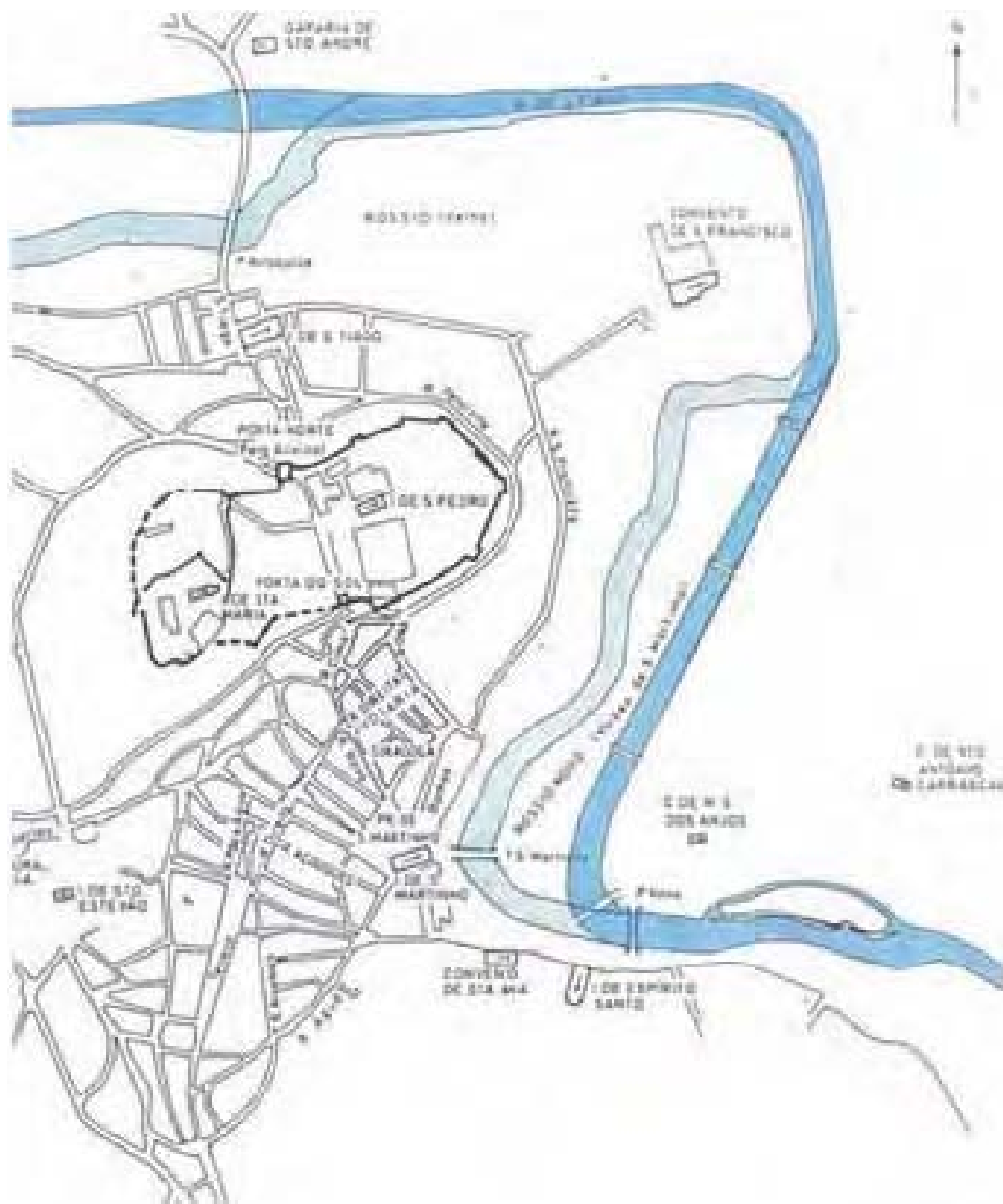


Fig.6 - Século XV¹⁰³ - Traçados aproximados do rio Lis (antes e após as obras de regularização do início do século XVIII) Fonte: Sistema Rio, Ana Bonifácio, 1999

¹⁰³ adaptado de GOMES, Saúl António. Introdução à História do Castelo de Leiria (pag. 17)



Fig.7 - Percurso artificial do rio Lis entre os muros de contenção.

Após o período de densificação da malha urbana que pautou o século XVII e a reconstrução da cidade na sequência das invasões francesas na primeira metade do século XIX, o século XX ficou marcado pela forte atractividade da área central e por um aumento demográfico associado.

A imagem da cidade foi-se alterando devido às profundas modificações do tecido urbano, e principalmente à grande densidade da construção e ao consequente adensamento dos espaços públicos.

A introdução do automóvel desencadeou a necessidade de redesenhar o espaço público e de definir novos alinhamentos de construção. Abriram-se novas vias a fim de facilitar o trânsito e, simultaneamente, abandonou-se o conceito de mercado aberto ao ar livre no espaço da praça por excelência, com a construção de espaços fechados destinados à actividade comercial.

O rio Lis, de soberana importância para o desenvolvimento económico e físico da cidade, perdeu ao longo do tempo, o estatuto que lhe é devido, com um 'voltar as costas' para o seu curso, tanto ao nível da construção que se ergueu de 'traseiras' voltadas para a água, como socialmente com o desrespeito completo das suas características de elemento natural, tornando-se um 'esgoto a céu aberto'.

Depois da 'paralisia cultural' - causa provável da indiferença instalada à presença do rio Lis - assistiram-se, no final dos anos 90, aos primeiros passos para uma consciencialização desse facto e aos efeitos contraditórios da incessante procura da qualidade de vida.

O castelo, o rio Lis, a malha urbana medieval na sua dupla vertente de espaço público e espaço construído, a Praça Rodrigues Lobo e o espaço que outrora foi o Rossio, testemunham a memória da cidade, e representam a sua imagem.

A arritmia urbana que Leiria tem testemunhado nos últimos anos, deve-se sobretudo à expansão pouco estratégica em sentido do centro para as periferias rurais, e à consequente perda de identidade do área urbana consolidada.



Fig.8 - Fotografia aérea e percurso do rio Lis no núcleo urbano
Fonte: Câmara Municipal de Leiria, 1997



- Castelo
- Praça Rodrigues Lobo
- Rossio (Jardim Luís de Camões;
Praça Goa, Damão e Diu; Largo 5 de
Outubro)

Fig.9 - Fotografia aérea e
percurso do rio Lis no núcleo urbano
Fonte: LeiriaPolis, 2001

A WATERFRONT DE LEIRIA. CARACTERIZAÇÃO

“Aparentemente, na dupla relação terrestre e aquática, a terra procura delimitar um território, que julga seu, e nessa definição de limites, a água é simultaneamente cúmplice e excluída daquela mesma delimitação.” (...) “E transforma aquela relação da terra e da água numa tensão permanente, com uma frente frágil, ainda que efectivamente identitária, decorrente daquela mesma relação de cumplicidade.” (...) “Estamos assim perante uma dupla valência desse espaço dito fronteira, em que a água envolve, delimita e seduz o território, mas também como disse o poeta, onde «a terra acaba e o mar começa»...”¹⁰⁴

A cidade frente-de-água de Leiria, é em tudo, diversa de qualquer outra waterfront portuguesa, quer pelo tipo de relação que se estabelece entre a massa construída e o elemento água, quer pelas suas características morfológicas, dimensão, ocupação e escala.

Leiria, que é simultaneamente capital de distrito (integrando 16 concelhos) e sede de concelho constituído por 29 freguesias, “com a área total de 565 Km², o que representa cerca de 2,4% da área total da Região Centro”¹⁰⁵, integra o Sistema Urbano de Lisboa e Vale do Tejo (subsistema da Alta Estremadura).

Na área urbana da cidade, atravessada pelo rio Lis, reside a particularidade desta waterfront, onde o espaço-fronteira entre água e terra é constituído por diversos espaços públicos, ligados entre si numa rede de espaços de diversas naturezas, maiores e mais pequenos, apetecíveis e medíocres, ‘sociopetos’ e ‘sociofugos’.

A esse conjunto de espaços, dentro da área central do núcleo, chamou-se - na fase inicial de reconhecimento da necessidade de “devolver” o rio aos cidadãos - o SISTEMA RIO¹⁰⁶.

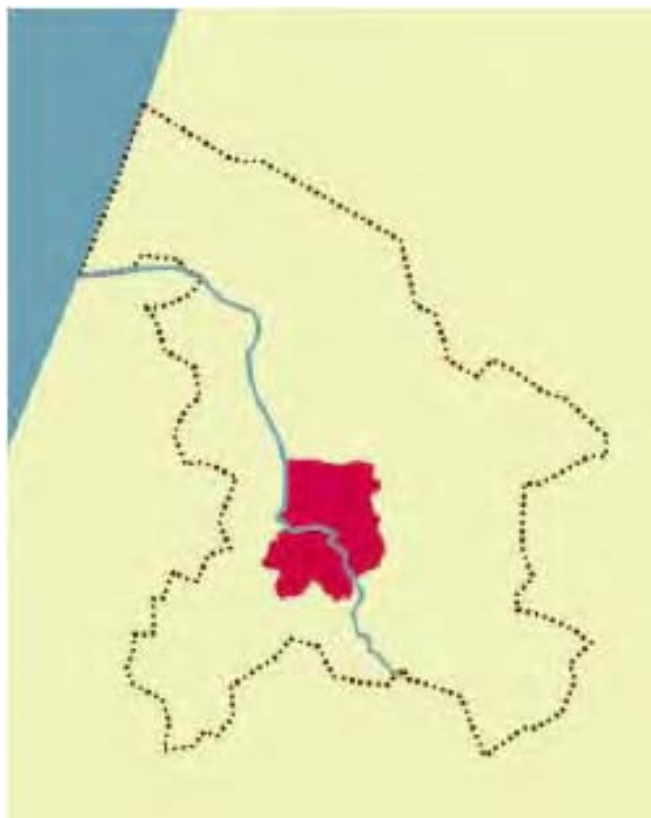


Fig.10 - Limite do concelho, área urbana e rio Lis

¹⁰⁴ in Ferreira, Vitor Matias. Fascínio da Cidade. Memória e Projecto de Urbanidade. Ed. Ler Devagar e ISCTE, 2004 (pag.22).

¹⁰⁵ in Plano Director Municipal de Leiria, 1995

¹⁰⁶ Trabalho desenvolvido no âmbito de uma equipa multidisciplinar da Câmara Municipal de Leiria, em 1999, do qual resultou um conjunto de directrizes e apontamentos de acções e objectivos sob a forma de uma estratégia de intervenção.

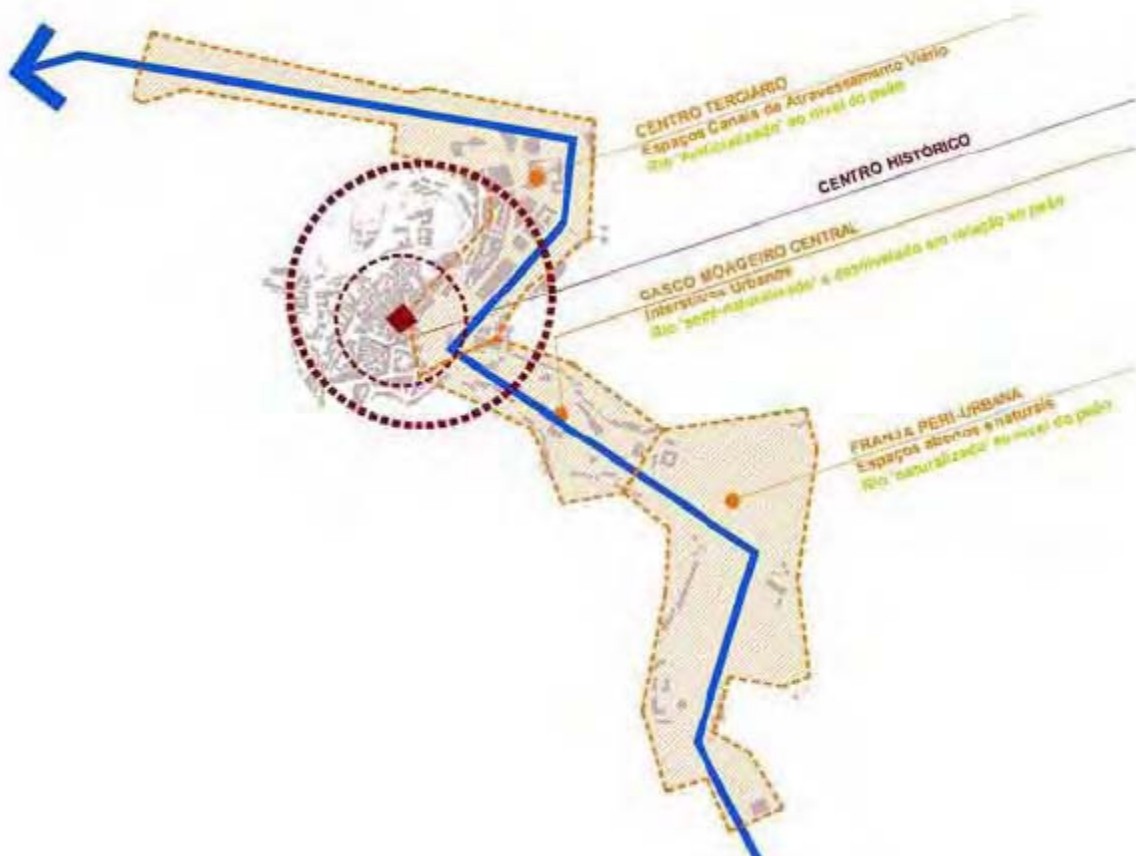


Fig.11 - Caracterização dos espaços livres e construídos que constituem a frente ribeirinha da cidade, o SISTEMA RIO.

No ano 2000, o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território anuncia a criação de um programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades - Programa Polis - para núcleos urbanos com o tipo de enquadramento da cidade de Leiria (cidades médias de relevo no panorama nacional, cujo crescimento urbano nas últimas décadas tivesse sido desregulado e que integrasse elementos naturais e/ou patrimoniais de relevo), cuja programação definida a anteriori, seria devidamente adaptada a cada espaço urbano.

Reflexo de uma política urbana cujo principal financiamento advém do III Quadro Comunitário de Apoio, e partindo de uma metodologia de implementação comum, o Programa Polis, determina a criação de experiências modelo na requalificação urbana em cidades cujas características assentam em casos como o de Leiria.

A vertente inovadora deste programa é que, ao invés de repartir um valor global destinado normalmente a pequenas intervenções de requalificação por todo o país, distribui o mesmo valor em partes menores de forma a investir visivelmente nessas cidades com potencial a 'modelo de requalificação urbana'.

Perante a já designada "oportunidade de fazer cidade", devolver o rio aos cidadãos, tornou-se pois imperativo, tomando-o como elemento condutor desta estratégia de requalificação - o 'Sistema Rio'.

O seu modus operandi - o "como 'devolver'?" - passou pela criação de condições para o diálogo entre margens, pela reformulação viária da cidade e pela fruição de uma rede sustentada de espaços públicos de lazer que deve incluir novos espaços verdes, percursos ciclo-pedonais e equipamentos públicos de apoio.

As acções apontadas para a execução deste programa de requalificação ambiental - enquadrados nos domínios do património e cultura, acessibilidades e transportes, ambiente urbano e qualidade de vida - resumem-se sucintamente, no seguinte conjunto de acções:

- > Reconversão de espaços colectivos degradados, na envolvente de equipamentos existentes;
- > Criação de zonas verdes sob a forma de parques lineares com o reforço de um contínuo ciclável ao longo do rio;
- > Criação de zonas verdes sob a forma de um parque urbano, com as valências de recreio passivo ou activo;
- > Criação do percurso ciclo-pedonal nas margens do rio;
- > Reformulação de pontes pedonais e viárias existentes, recuperação das estruturas hidráulicas existentes;
- > Obras hidráulicas no rio Lis;
- > Pedonalização das áreas centrais e reformulação das praças existentes;
- > Aumento da oferta de estacionamento enterrado com a reformulação da estrutura viária central;
- > Requalificação de espaços públicos existentes (incluindo infraestruturas).
- > Reforço da ligação entre as margens com a construção de novas pontes pedonais e a melhoria de acessibilidades;
- > Criação de um Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental que possa perpetuar os objectivos traçados neste programa.

Em paralelo, o Programa Polis prevê a realização de outras acções que, não tendo o mesmo enquadramento financeiro que as anteriormente descritas, nem estando directamente associadas ao espaço público, são necessárias à sua valorização e correcta integração. A partir de instrumentos de gestão territorial eficazes, a autarquia (com ou sem parceiros privados) poderá, a longo prazo, executar as seguintes acções complementares:

- > Recuperação de edifícios devolutos, potenciando a reabilitação do parque habitacional do centro histórico;
- > Reconversão de edifícios de enquadramento beneficiado, para usos de utilização colectiva, como unidades hoteleiras e instalação de uma rede de museus;
- > Construção de novas instalações para serviços públicos.

Nos últimos anos, a cidade tem enfrentado as necessárias dificuldades na operacionalização do Programa, tanto no que diz respeito às mudanças das prioridades governamentais, como no que refere às condições físicas que uma cidade transformada em “estaleiro”, implica.

A implementação de um programa desta natureza, está associada a um panorama físico e financeiro, que se vai adaptando aos objectivos da autarquia e outras intervenções que operam no mesmo território, já por si complexo na sua dinâmica.

Actualmente, os trabalhos de requalificação continuam em marcha e a cidade enfrenta ainda o arranque de novas obras e a conclusão de tantas outras. O trabalho não está concluído como apontavam as previsões iniciais, pois dificilmente a mesma medida de implementação de um projecto desta envergadura, pode servir a vários territórios. Cada cidade possui um ritmo particular associado às premissas da política urbana de cada autarquia, e o “molde” teria que ser, naturalmente, adaptado às circunstâncias.



Fig.12 - Acções propostas para a área de intervenção, no que diz respeito à criação de novos espaços públicos, e reformulação dos existentes.

NOTA CONCLUSIVA

Se na viragem do século, o rio era apenas mais um elemento da paisagem urbana de Leiria, cinco anos volvidos, e a sua importância foi recuperada. A pouco e pouco, os habitantes e visitantes descobrem que no vale pouco definido que atravessa a cidade, corre um rio de caudal breve que atravessa lugares esquecidos e, às vezes, de incomparável harmonia com os interstícios bucólicos naturais que subsistem sob a estrutura urbana. Descobrem que o rio, foi outrora, o motivo-primeiro para o desenvolvimento da urbe.

Esta oportunidade de fazer cidade, recolocou então a linha de água, na imagem da cidade, e sobretudo no despertar das consciências mais incautas.

A pouco e pouco, a sociedade vai relembrando os lugares esquecidos e volta a eles para lhes reconhecer novo carácter. Apaziguam-se com o meio, recuperam a memória entretanto banalizada nos espaços públicos desrespeitados e indistintos e, junto ao Lis, podem esquecer-se do bulício que mora mesmo ao lado.

O rio e a envolvente ainda não foram “devolvidos” ao cidadão. Trouxe a expectativa de reapropriação dos espaços, reafirmou a sua importância e, sobretudo, pôs em cima da mesa, o assunto RIO e CIDADE, mesmo que para isso, sem qualquer pudor, se coloquem as expectativas no lugar de objectivos logrados, que chegaram, afinal, por via de uma oportunidade de ‘fazer cidade’.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2003.
- AUGÉ, Marc. Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. (tradução de Lúcia Muxznik), Ed. Bertrand, Venda Nova, 1994.
- BONIFÁCIO, Ana. Sistema Rio - Ensaio para uma Estratégia Integrada para a Envolvente do Rio Lis no Núcleo Urbano da Cidade de Leiria. Leiria, 1999. (Relatório final de estágio da licenciatura em Arquitectura de Gestão Urbanística - FAUTL). (não publicado)
- BORJA, Jordi - MUXI, Zaida. El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía, Ed. Electa, Barcelona, 2003.
- CALVINO, Italo. As Cidades Invisíveis. (tradução de José Colaço Barreiros), Ed. Teorema, Lisboa, 1990.
- DAVIS, Mike. Ciudad de Cuarzo, Arqueología del futuro en Los Ángeles, (tradução de Rafael Reig), Ed. Lengua de Trapo, Toledo, 1993.
- FERREIRA, Vitor Matias. Fascínio da Cidade. Memória e Projecto de Urbanidade. Ed. Ler Devagar e ISCTE, Lisboa, 2004.
- GOMES, Saul António. Introdução à História do Castelo de Leiria. Coleção Cidade de Leiria nº 1. Câmara Municipal de Leiria. (2ª edição), Leiria, 2004.
- MORE, Thomas. (1518) Utopia. (tradução) Ed. Francisco Lyon de Castro - Publicações Europa-América, Mem Martins, 1985.
- SENNETT, Richard. O declínio do homem público : as tiranias da intimidade (tradução: Lygia Araujo Watanabe). ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1988
- VIRILIO, Paul. (1984) O Espaço Crítico (tradução de Paulo Roberto Pires), Ed. 34, São Paulo, 1993.
- AA. VV., Mapa de arquitectura. Leiria. Ed. Argumentum. Lisboa, 2004.
- CABRAL, João. Anais do Município de Leiria, vol. I e vol. II - ed. Câmara Municipal de Leiria, 1975.
- MARGARIDO, Ana Paula. Leiria, História e Morfologia Urbana, ed. Câmara Municipal de Leiria, 1988.
- Plano Director Municipal de Leiria, CMLeiria, Leiria, 1994.
- Plano Estratégico da intervenção do Programa Polis em Leiria, Leiria, 2000.